



CAPÍTULO I

Da Associação

Artigo 1º (Constituição, denominação e duração)

1. A Associação Academia Mateus e Nogueira, adiante designado abreviadamente por AMN, é uma associação sem fins lucrativos, que se rege pelos seus Estatutos e pelo presente Regulamento Geral Interno.
2. A sua duração é por tempo indeterminado.
3. Podem ser sócios todos os indivíduos que se proponham apoiar a concretização dos objetivos da Associação, que nele se inscrevam e aceitem os seus Estatutos e o Regulamento Geral Interno.

Artigo 2º (Sede)

1. O Clube tem a sua sede na Rua Dom Carlos I, número 32, R/C Esqº, Laranjeiro, Freguesia de Laranjeiro e Feijó.

Artigo 3º (Fim)

1. A associação tem como fim promoção, desportiva, cultural e recreativa dos seus associados a nível geral e, em particular, a formação e desenvolvimento desportivos no âmbito do voleibol.

Artigo 4º (Associação e filiação)

1. A associação pode, por deliberação da Assembleia-geral, mediante proposta da Direção, associar-se ou filiar-se em organismos nacionais ou internacionais que prossigam fins similares ou complementares à associação.

CAPÍTULO II

Dos Associados

Artigo 5º (Associados)

1. Poderão ser associados da AMN quaisquer pessoas, singulares ou coletivas, com interesse na prossecução do seu fim.
2. A admissão de associados é feita através de solicitação à Direção, em impresso próprio, subscrito pelo candidato ou pelo seu representante legal.
3. As propostas de admissão preenchidas devem ser acompanhadas de uma fotografia do candidato e da quota correspondente.



Artigo 6º (Tipo de Associados)

1. Os associados podem ser efetivos e atletas.
2. São associados efetivos os associados de idade superior a 18 anos.
3. São associados atletas os associados de idade até 18 anos

Artigo 7º (Direitos e Deveres)

1. Constituem direitos dos associados efetivos:
 - a) Participar nas atividades da AMN
 - b) Eleger e serem eleitos para os órgãos sociais
2. Constituem direitos dos associados atletas:
 - a) Participar nas atividades da AMN
3. Constituem deveres dos associados efetivos:
 - a) Zelar pela defesa do bom nome e do prestígio público da associação
 - b) Desempenhar com zelo e diligência os cargos para que tenham sido eleitos
 - c) Respeitar, cumprir e fazer cumprir os Estatutos, o Regulamento Geral Interno em vigor e as demais normas aplicáveis à Associação e as deliberações dos órgãos sociais
 - d) Pagar pontualmente as quotas aprovadas pela Assembleia-geral
4. Constituem deveres dos associados atletas:
 - a) Zelar pela defesa do bom nome e do prestígio público da associação
 - b) Prestar à associação a colaboração que lhes for solicitada
 - c) Pagar pontualmente as quotas aprovadas pela Assembleia-geral

Artigo 8º (Exclusão)

1. O associado que por sua iniciativa desejar por termo à qualidade de associado deverá informar a direção, por escrito, com, pelo menos, 30 dias de antecedência.
2. O não cumprimento dos seus deveres, bem como a prática de atos que afetem ou prejudiquem o bom nome da AMN, os seus princípios ou a sua atividade são fundamentos de exclusão de associado.
3. Compete à Assembleia Geral a exclusão de associados, nos termos e fundamentos previstos nos números anteriores.
4. O associado que, por qualquer forma, perca a qualidade de associado não terá o direito de reaver as quotizações pagas, sendo sempre devidas as quotizações relativas ao ano civil em que for verificada a sua saída se, naquela data, ainda não tiverem sido pagas.

Artigo 9º (Quotas)

1. O valor da quota anual e das taxas de atividade são estabelecidas em Assembleia Geral, sob proposta da direção.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos Sociais

Artigo 10º

(Mandatos)

1. São órgãos sociais da associação:
 - a) A Assembleia Geral;
 - b) A Direção;
 - c) O Conselho Fiscal
2. O mandato dos titulares dos órgãos sociais é de 4 anos.

Artigo 11º

(Assembleia Geral)

1. A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.
2. A mesa da assembleia geral é composta por três associados, um presidente e dois secretários competindo-lhes dirigir as reuniões da assembleia e lavrar as respetivas atas.

Artigo 12º

(Competências da Assembleia Geral)

1. Compete à Assembleia Geral:
 - a) Eleger e destituir os membros dos órgãos sociais.
 - b) Apreciar e votar anualmente o relatório e contas da Direção e parecer do Conselho Fiscal, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte.
 - c) Dirigir as reuniões da assembleia e lavrar as respetivas atas.

Artigo 13º

(Direção)

1. A Direção, eleita em assembleia geral, é composta por 3 associados.
2. A associação obriga-se com a intervenção de duas assinaturas.

Artigo 14º

(Competências da Direção)

1. Compete à Direção:
 - a) A gerência social, administrativa e financeira da associação.
 - b) Representar a associação em juízo e fora dele.

Artigo 15º

(Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal, eleito em assembleia geral, é composto por 3 pessoas.



Artigo 16º
(Competências do Conselho Fiscal)

1. Compete ao Conselho Fiscal:
 - a) Fiscalizar os atos administrativos e financeiros da Direção e a atividade geral do Clube e velar pelo cumprimento dos Estatutos e do Regulamento Geral Interno.
 - b) Fiscalizar as contas e relatórios da Direção.
 - c) Dar parecer sobre os atos que impliquem aumento das despesas ou diminuição das receitas.
 - d) Verificar a correta utilização dos financiamentos, subsídios e outros apoios concedidos ao Clube

CAPÍTULO IV
Disposições Finais

Artigo 17º
(Alteração do Regulamento Geral Interno)

1. O Regulamento Geral Interno só poderá ser alterado em assembleia geral em cuja ordem de trabalhos esteja especificado esse ponto e por maioria de quarenta e nove por cento dos votos expressos, considerando o sistema de ponderação estabelecido neste Regulamento.

Artigo 18º
(Extinção e destino dos bens)

1. Extinta a associação, o destino dos bens que integrem o património social, que não estejam afetados a fim determinado e que não lhe tenham sido doados ou deixados com algum encargo, será objeto de deliberação dos associados